

Acta número três

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu na Residência de Estudantes de Mesão Frio, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----

Ponto três: 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2007; -----

Ponto quatro: Período aberto ao público; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, António José Rodrigues Teixeira, 1º Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, 2ª Secretária, Maximiano Pereira Correia, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Rosa Freitas da Silva, Altino de Sousa, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira, Nuno Vasco de Almeida Machado, Júlio da Fonseca Esteves, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira e Manuel Pinto de Sousa. -----

Participaram também nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, António Adelino Osório, José Luís Paiva Cortês, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos, com a leitura da acta da reunião anterior para posterior aprovação. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu para se acrescentar na acta, a seguinte frase: “em relação às construções ilegais no concelho, são as atitudes que distinguem claramente o partido Social-democrata do partido Socialista. Os primeiros sempre tentaram ajudar os munícipes e os segundos só o prejudicam”. O mesmo deputado referiu ainda que o presidente da câmara fez certas intervenções, que da forma como estão descritas na acta não fazem sentido. -----

Os elementos da Mesa da Assembleia referiram que as frases transcritas foram efectivamente ditas, comprovando com os apontamentos tirados. Referiram que, por vezes, uma frase dita oralmente perde algum sentido quando é transcrita para a acta. O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para dizer que na sua intervenção sobre as viaturas da Câmara, também tinha referido a carrinha da skoda. O deputado Firmino Teixeira Várzea pediu a palavra para comentar a intervenção do deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira, tendo a presidente da Assembleia solicitado que o fizesse no período das intervenções. -----

Posta a acta a votação esta foi aprovada por maioria, com três abstenções da deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e dos deputados Júlio da Fonseca Esteves e Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, tendo este apresentado declaração de voto, a qual se transcreve: “ Abstenho-me porque não consta na acta a intervenção que fiz acerca do tempo utilizado pelos deputados durante as intervenções.”-----

De seguida a presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão. -----

No período antes da ordem do dia inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Manuel Pinto de Sousa, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio e Nuno Vasco de Almeida Machado. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira fez uso da palavra para dizer que a questão das obras ilegais foi levantada pelos membros do Partido Socialista e que nunca foi sua intenção ofender ninguém, pretendendo apenas fazer vingar a posição do partido Social-democrata. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves quis apresentar um protesto acerca dos comentários feitos pelo deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira, referindo que ou o deputado retirava o que acrescentou à acta, ou ia ter que provar o que disse. Aconselhou o deputado a defender de outra forma o seu grupo partidário.

O deputado Manuel Pinto de Sousa tomou a palavra para dizer que era mentira ter havido máquinas para abrir o caminho que dá acesso a sua casa e, o Senhor Manuel não o ter permitido. Acrescentou que tinha na sua posse um documento escrito e assinado como prova disso. Referiu que o seu propósito era defender o interesse das

pessoas e que foi acusado injustamente pelo senhor presidente de fazer obras. Terminou, dizendo que nessa semana o Senhor Presidente tinha jantado numa casa ilegal.-----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio fez uso da palavra para dizer que segundo a Lei Nº 52A/95 todos os elementos da Assembleia deveriam ter um cartão de identificação. -----

O deputado Manuel de Barros fez uso da palavra para perguntar ao presidente da câmara sobre a negociação de transferência de trinta e cinco mil funcionários do Ministério da Educação para as autarquias. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado começou a sua intervenção, felicitando os elementos da Mesa pela mudança do secretariado de apoio à Mesa da Assembleia, ainda que continue insatisfeito por se continuar a verificar a dependência dos órgãos. Em relação ao que o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira disse na sua intervenção, o deputado disse parecer ser um “bater de palmas ao chefe”, e que ele dissera coisas infundadas. Esclareceu ainda a Assembleia de que levantou a questão da construção ilegal de obras no concelho, apenas para provar que o senhor presidente da câmara faltou à verdade à Assembleia. Lembrou ainda que o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira não se pode esquecer de que é funcionário da câmara e por isso deveria ter algum cuidado com o que diz. Não pode dizer que, “eles são os bonzinhos e os do partido socialista é que fazem mal”. Acrescentou que os fiscais vão vistoriar obras que se situam ao lado de outras que estão ilegais e que a sua obrigação é avisar as pessoas para as legalizar. Não é o presidente da câmara que exige mas é a lei, e a obrigação é resolver-se a situação das pessoas, pois é isso que desenvolve o concelho. Referiu ainda que não vislumbra nenhuma preocupação na contenção de despesas. De seguida, questionou a mesa sobre a representação do concelho no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, bem como as temáticas desenvolvidas. Pediu também informações resultantes do encontro das Câmaras Municipais com o Governo, realizado recentemente. -----
Também, perguntou ao presidente da câmara a razão de se encontrar um autocarro do S.T.C.P na Zona de Lazer, tendo afirmado que a sua compra foi de pouca visão de gestão. -----

Concluiu a sua intervenção, informando os presentes da posição dos advogados em relação ao possível encerramento do Tribunal de Mesão Frio e que nunca receberam qualquer informação por parte da Autarquia. Afirmou que se o tribunal fechar é grave, porque e disse: “até os comerciantes dizem que quando há julgamentos a afluência às lojas aumenta”. -----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio pediu informações da reunião acerca do encerramento das urgências do Hospital de D. Luís I no Peso da Régua. -----

O deputado António José Rodrigues Teixeira, primeiro secretário da Mesa da Assembleia, fez uso da palavra para informar que foi ele o representante da Assembleia no Congresso dos Municípios e que estava a fazer um resumo do que se passou que, posteriormente, poderá ser consultado pelos interessados. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia fez uso da palavra para perguntar ao deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, o que tinha o seu discurso de diferente do discurso do deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira, pois em sua opinião tanto num como no outro havia excessos. -----

A deputada Maria Rosa Freitas da Silva criticou a forma como o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado se refere aos deputados, e disse que o concelho estava parado porque havia abandono das terras e não havia quem investisse, tal como acontecia em vários concelhos. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio pediu a palavra para dizer que ele era do tempo em que existiu a PIDE, e julgava que já não existia, pelo que parece haver já que se anda a guardar onde as pessoas vão. -----

A presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Em relação à transferência de funcionários do Ministério da Educação para as Autarquias, o presidente da Câmara disse que estava a haver negociação e que, na sua opinião existiam dois padrões: o conselho escolar e as autarquias. -----

De seguida lembrou o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado de que foi a bancada do partido socialista que levantou a questão das construções ilegais e disse que o PSD governa o concelho há muitos anos por vontade do povo e que a Câmara não é responsável pelos erros do governo, que tudo tem feito para desertificar o

interior do país. Esclareceu que Mesão Frio está a um passo de ser uma potência em termos turísticos, e a Câmara está “ de alma e coração” a defender o projecto de construção do Hotel na Rêde. -----

Informou que a obra deverá iniciar-se em Janeiro de 2008, pois já existem projectos e compromissos por parte da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte. O investimento está calculado entre doze a treze milhões de euros. -----

Informou também que o Plano Director Municipal e o Plano de Pormenor já estão aprovados, estando prevista a realização de formação para qualificar as pessoas para um futuro emprego nessa área. Informou também que as actividades sócio-recreativas “ são para dar alguma alegria as pessoas”. Deu o exemplo dos festejos do São Pedro, em que participaram duzentos e vinte e cinco idosos e gastou-se cerca de mil e quinhentos euros, o que em sua opinião, era muito pouco, tendo em conta a alegria proporcionada. Afirmou que a actividade do passeio de barco não se realizava só na época das eleições. -----

Continuou com os esclarecimentos, dizendo que foi ele quem autorizou a compra do autocarro e a sua colocação na zona de Lazer, e que este foi adquirido pelo valor de vinte euros. Disse que iria ser colocado nas imediações de uma Escola, para os alunos poderem desenvolver a sua criatividade. -----

Relativamente ao possível encerramento do tribunal, disse que o assunto está em desenvolvimento e pediu que o deixassem gerir o assunto. -----

Também deu conhecimento à Assembleia, de que foi discutida a construção da IC26 e a questão do encerramento das urgências com os membros do Governo, no jantar realizado no Pinhão . Disse que o Ministro da Saúde comunicou que foi atribuído ao Concelho de Mesão Frio uma unidade móvel de saúde, sendo o Ministério da Saúde a financiar o equipamento e os vencimentos da Enfermeira, Assistente Social e Médico, e a manutenção da carrinha e o vencimento do motorista serão da responsabilidade da Câmara municipal.-----

Em relação à intervenção do deputado Manuel Pinto de Sousa, o presidente informou da conversa tida com o Senhor Manuel Virgílio acerca do caminho, acrescentando que não adiantava de nada a declaração que o deputado tinha em sua posse, pois a situação iria ser resolvida no tribunal administrativo.-----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra para dizer que na Assembleia não tinha chefes e que tinha todo o respeito pelo chefe que tem lá fora, lembrando novamente que quem levantou a questão da ilegalidade das obras foram os membros do PS. Terminou dizendo que tem orgulho de ser amigo do presidente da câmara e que não necessitava de lhe bater palmas. -----

O deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra para dizer que o presidente deturpa as coisas à sua maneira e que o que o Sr. Manuel Virgílio diz não é mais importante que a declaração que tem em sua posse. Acrescentou que o Presidente de Junta de Vila Marim, se tinha comprometido a abrir o caminho depois das vindimas do ano passado, tendo este confirmado tal facto. -----

O presidente da câmara retomou a palavra para dizer ao deputado Manuel Pinto de Sousa, que não punha em causa o que o Senhor Virgílio disse e que a Câmara tomou uma decisão relativamente a essa matéria, mas como há um diferendo entre o município e a Câmara será o tribunal a decidir essa questão. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado tomou novamente a palavra para dizer que ao levantar a questão da construção ilegal no concelho não quis prejudicar ninguém, pois nunca mencionou nomes, só quis trazer a verdade à Assembleia. Dirigiu-se de seguida ao deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio para dizer que “quando as pessoas observam não podem dizer que não viram “. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio respondeu que não foi para ele que falou e chamou a atenção da mesa, para que se respeite o regulamento, no que se refere ao tempo de intervenção de cada deputado. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra para dizer que em relação à situação do tribunal era preciso mostrar desagrado, pois e disse: “quem cala consente”. Referiu ainda que quem não faz a gestão é sempre difícil apresentar propostas, mas no caso da oposição, foram feitas várias propostas como o campo de futebol, Internet, biblioteca para os estudantes, etc.-----

O deputado Manuel Fernando Mesquita Correia fez uso da palavra para referir que como fiscal da Câmara faz o seu trabalho mas isso não quer dizer que as pessoas cumpram. -----

O presidente da câmara retomou a palavra para dizer que nunca referiu que a oposição não fazia propostas que dinamizassem o concelho, pois nas actas constam

várias propostas que, apesar da sua pertinência não alteram as coisas, pois são propostas que não apresentam custos. -----

Disse também que a construção da biblioteca ainda vai ter que esperar pois segundo as informações que dispõe não há dinheiro. Em relação à Internet, referiu que da forma como estava a funcionar não interessava a ninguém. Acrescentou que não houve despedimento do funcionário, apenas acabou o seu contrato de trabalho e que, há uma pessoa que quer investir em Mesão Frio, abrindo um stand de venda de material informático, tendo pedido um espaço à Câmara em troca da realização da manutenção gratuita do material informático dos serviços, com a garantia de descontos na compra de computadores, banda larga em Mesão Frio, ligação a Microsoft, Cabovisão, etc. e descontos na venda de material na ordem dos 40%. Concluiu dizendo que a construção do campo de futebol encontra-se em “standby”, esperando que o Plano Director Municipal seja aprovado. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea fez uso da palavra para dizer que, desta forma a Câmara só ajuda alguns, como é o caso dos bares, e que o comércio local está cada vez mais asfocado. Disse: “quem não estiver pendurado na câmara, não consegue nada”. Deu a conhecer a existência de uma pessoa que comercializa na área da Informática, e que se encontra bastante receosa quanto ao sucesso do seu investimento. -----

O presidente da câmara esclareceu o deputado Firmino Teixeira Várzea, de que o contrato com a empresa privada será de apenas um ano, estando posteriormente a Câmara aberta a outras propostas. Referiu ainda que o comércio não está em boas circunstâncias porque as pessoas também não modernizam. -----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio fez uso da palavra para perguntar ao Presidente da Câmara qual era a situação do Castro de Cidadelhe e da Biblioteca. -----

O Presidente da Câmara disse que a Ministra da Cultura esteve no distrito, e que ainda não havia projecto. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio apresentou um protesto à mesa da Assembleia, referindo que é preciso cumprir a lei no que diz respeito ao tempo das intervenções de cada elemento. -----

No ponto dois da ordem de trabalho, acerca da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade Municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, inscreveram-se para intervir os deputados Júlio da Fonseca Esteves, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e Nuno Vasco de Almeida Machado. O deputado Júlio da Fonseca Esteves fez uso da palavra para ler uma comunicação, sobre a sua preocupação em relação à situação financeira da Câmara que se anexa. A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves apresentou uma comunicação que se anexa, onde manifesta a sua discordância relativamente ao facto das actividades da Comissão de Protecção de Crianças e jovens do concelho constarem no relatório camarário. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu esclarecimentos pelo facto de já se falar há muito tempo do “ficheiro do desempregado” e aparecer como estando só agora a ser criado. Referiu ainda que na parte onde consta o polivalente, não devia ser actividade da Câmara, mas sim do empreiteiro, pois a obra ainda se encontra dentro da garantia. Referiu também que se uma acção é adiada é porque ainda não se realizou e, por isso, não devia fazer parte do relatório. Informou ainda que os caminhos e as bermas das estradas estão uma “desgraça”, sugerindo que a limpeza das mesmas fosse realizada pelas juntas de freguesia. -----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio referiu que, consta como actividade municipal uma reparação geral do saneamento em Cidadelhe, o que não corresponde à verdade, tratando-se apenas de uma breve reparação. -----

A presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao presidente da câmara, tendo este informado que relativamente ao relatório, é pedido a cada sector da Câmara a apresentação das actividades desenvolvidas no período que decorre entre as reuniões de Assembleia, registando-se o que na realidade se faz. -----

Em relação à reparação do saneamento em Cidadelhe, o presidente disse que iria verificar se foi geral ou não, e se realmente não foi geral vai questionar o sector pelo facto de ter sido assim registado no relatório. -----

Relativamente à comunicação do deputado Júlio da Fonseca Esteves, o presidente disse que “ se havia obra da qual se orgulhava, era a da praia fluvial” e que o relatório sobre os testes à água revela que está própria para o seu efeito; Acrescentou que não é o facto de haver salmonelas que impede as pessoas de lá

irem, pois quando foi posto o edital a informar que a água tinha salmonelas, as pessoas disseram que era mentira e que a Câmara pretendia fazer mais receitas para a piscina municipal. Informou ainda que se está a realizar um estudo em conjunto com os técnicos de Baião para a despoluição do rio Teixeira. -----

No que concerne ao apoio dado à Igreja de Vila Marim, disse que o Senhor Padre pediu auxílio à Câmara e esta subsidiou a parte eléctrica da Igreja e fez os bancos, já que se trata de uma obra que beneficia e enriquece o Concelho de Mesão Frio. Informou ainda que a Câmara também se comprometeu com o senhor padre, em dar cinco mil euros para a capela de São Lázaro e que se viessem pedidos de ajuda de outro tipo de religiões, a Câmara apoiaria do mesmo modo. -----

Em relação ao projecto PROGRIDE e à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o presidente referiu que é a Câmara que apoia e, como tal, tem de constar na sua actividade. Deu o exemplo, de há pouco tempo a deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves ter pedido uma viatura à Câmara Municipal para se deslocar a casa de um aluno, em serviço da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

Por fim, informou que a Câmara está em contacto com a Presidente da Câmara de Silves para em conjunto se desenvolver actividades para os jovens, no âmbito da vigilância das florestas. É um projecto que abrange quarenta e cinco jovens que beneficiarão de alojamento, alimentação e ainda um subsídio de 180 euros. -----

Dirigindo-se à Chefe de Gabinete que estava presente na reunião, o presidente da Câmara solicitou que confirmasse os dados por si referidos, e aproveitou para informar a Assembleia que segundo a lei, pode ser acompanhado por quem ele quiser e, como tal, vai-se fazer acompanhar às reuniões pela Chefe de Gabinete, à qual recorrerá sempre que necessitar. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado perguntou ao presidente da Câmara se essas actividades foram publicitadas, tendo este respondido afirmativamente.-----

Por fim, o presidente da Câmara informou que as bermas vão ser todas limpas, com pessoas que estão desempregadas e, que o tractor avariou e o manobrador está de baixa médica, sendo essas as razões para o atraso verificado na limpeza das estradas. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra, para dizer que ainda só foi feita a preparação da acção do Gabinete Técnico – Florestal mas o

documento já refere «realização». Referiu ainda, que só consta no relatório da actividade municipal o que os funcionários fazem e que deveriam constar também os projectos que estão a ser preparados pelo Executivo Camarário. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves pediu a palavra para dizer que não era verdade, que se a Câmara não colaborasse a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens não existia, e lembrou que a Câmara recebe verbas para prestar a devida colaboração. Esclareceu ainda, que não foi ela quem fez o pedido da viatura referido pelo senhor presidente da Câmara. Terminou a sua intervenção, dizendo que não se admirava das actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens constarem no relatório da Câmara, pois até já tinha ouvido dizer ao senhor presidente da Câmara que quem mandava na Comissão era ele, apesar da Comissão não ser uma secção da Câmara Municipal.-----

O Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que não é seu hábito utilizar a palavra “ mandar “ e que, por isso, era preciso dizer em que contexto a palavra foi dita. A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves disse que o faria no lugar próprio. -----

No ponto três da ordem de trabalhos, relativo à 1ª Revisão dos documentos previsionais de 2007, a presidente da Assembleia depois de fazer a sua introdução, deu a palavra ao presidente da Câmara que referiu que os documentos foram previamente facultados aos deputados para análise, encontrando-se disponível para esclarecer qualquer dúvida. Informou também que a Protecção Civil foi dotada de um carro de primeira intervenção, equipado com kit de combate e um tanque. Acrescentou que foi elaborado o projecto do Centro Escolar, sendo um investimento de cerca de 11.000 euros e o seu local de construção será no terreno que estava anteriormente destinado à construção do novo Tribunal. -----

Postos os documentos a votação, estes foram aprovados por maioria, com quinze votos a favor e seis contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista. -----

No período aberto ao público, o Vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto fez uso da palavra para dizer que, como viu um deputado a falar na reunião enquanto funcionário da Câmara, também o pretendia fazer enquanto vereador.-----

De imediato, o presidente da Câmara solicitou à presidente da Assembleia para que se cumprisse o regimento interno da Assembleia, pois o vereador não devia intervir naquele momento. -----

A presidente da Assembleia anuiu e disse que de facto ouvira, tal como todos, o deputado Manuel Fernando Mesquita Correia a falar na qualidade de funcionário da Câmara mas não interrompeu porque não queria quebrar o fio condutor da exposição de ideias que se estava a fazer. Comunicou ainda, que estava a sentir dificuldades em dirigir o grupo porque as pessoas não tinham a calma suficiente para se ouvirem umas às outras. Acrescentou que se a solução passar pelo recurso constante às regras do regimento, assim o fará. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves perguntou à presidente da Assembleia, se o Vereador não podia ser representado por um dos membros eleitos pelo Partido Socialista, tendo o deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio sugerido à deputada que lesse bem o regimento. -----

A presidente da Assembleia informou que é o presidente da Câmara quem autoriza a intervenção dos vereadores ou por solicitação do plenário. -----

Para efeitos imediatos, foi feita a minuta da acta que, depois de lida foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando era uma hora e vinte minutos. Dela se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da mesa da Assembleia. -----

Presidente:

1º Secretário:

2ª Secretária: